

**AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIU A SITUAÇÃO
DA VARIG
02.05.2006
RELATÓRIO**

Da **segunda sessão** da audiência pública que discutiu a situação da Varig, realizada no dia **2 de maio de 2006** (8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura).

(A presente reunião de Audiência Pública vem em atendimento aos Requerimentos n^{os} 17, 18 e 20, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antonio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy e outros Senadores, com a finalidade de discutir a grave situação que passa o Grupo Varig)

PARTICIPANTES¹

- Sr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;
- Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo Varig.

¹ Justificaram suas ausências: o Presidente do BNDES, por meio de ofício de seu Chefe de Gabinete que informa que “não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias” ao comparecimento daquela autoridade, bem como de outra representação do BNDES na audiência; o Secretário da Previdência Complementar, em razão de “problemas intransponíveis na agenda”; e os Presidentes do Sindicato dos Aeroviários e do Sindicato Nacional dos Aeronautas, “tendo em vista que estão sendo realizadas, nesta data, as assembléias de credores, previstas no Plano de Recuperação da Empresa”.

A sessão foi presidida pelos **Senadores Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na fase de depoimentos, e pelo Senador **Heráclito Fortes**, na fase de debates.

ABERTURA

Inicialmente, o Presidente colocou em votação requerimento do Senador Paulo Paim de realização de uma audiência pública, com vistas a tratar das questões atinentes à recuperação judicial da Varig, notadamente quanto a sua relação com os estados devedores, a realizar-se no dia 9 de maio de 2006, às 10 horas. Foram convidados para essa audiência os Governadores, Vice-Governadores e Secretários da Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal.

Justifica a convocação o fato de a Varig ter, com os Estados, crédito relativo ao pagamento de ICMS do período de 1989 a 1994, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado, no valor de um bilhão e 385 milhões de reais, cujo pagamento pode servir como desafogo, para resolver a questão financeira da Varig.

Senador Paulo Paim (PT-RS):

Discutindo a matéria, o proponente esclarece que o convite é para que os governos dos Estados enviem “quem o Estado entender melhor para dialogarmos sobre esse tema”, e objetiva obter os mesmos resultados já alcançados em negociação com o Estado do Rio de Janeiro, isto é, para que os 25 Estados devedores apontem caminhos “na linha de pagar o que eles devem à nossa Varig”.

Posto em votação, **o requerimento foi aprovado.**

Senador Jefferson Péres (PDT-AM):

“Senhor Presidente. Três comissões do Senado Federal convidaram o Presidente do BNDES para participar de uma audiência pública. Ele não veio. Enviou um ofício assinado pelo Chefe de Gabinete. Disse que não pôde vir porque tinha outras reuniões agendadas e não podia

mandar representante. Não teve a gentileza de se pôr à disposição em uma próxima oportunidade. Este expediente é grosseiro. É um menosprezo ao Senado Federal. Não sei quem foi o autor do requerimento que o convidou, mas eu sugeriria ao autor apresentar outro requerimento convocando o Ministro da Indústria, que é o superior hierárquico do convidado, para vir aqui em companhia dele.”

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE):

O Presidente concordou com o Senador Jefferson Péres e solicitou que ele formalizasse o requerimento, “que contará, inclusive, com a minha assinatura”.

DEPOIMENTOS

Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos (Procurador de Fundações da Procuradoria Geral do Estado de Justiça do Rio Grande do Sul):

Iniciou sua exposição explicando que sua presença na audiência se faz na qualidade de Procurador de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, uma procuradoria que é encarregada do velamento de todas as fundações privadas do Estado do Rio Grande do Sul, razão pela qual “efetivam o acompanhamento e o controle sobre o funcionamento da Fundação Ruben Berta.” Como a Fundação Ruben Berta é intimamente ligada à Varig, numa relação onde o que ocorra com uma repercute com a outra, a procuradoria está acompanhando “a questão da Varig” em todos os seus desdobramentos, por que ela interfere diretamente nas “questões da Fundação”.

Em sua opinião, o Estado Brasileiro tem “uma responsabilidade extraordinária” no processo de manutenção da Varig, porquanto ele é o grande responsável pelo estado de penúria em que se encontra a companhia, em decorrência do congelamento de tarifas – que iniciou o problema de descompasso financeiro da empresa, levando a um prejuízo, na época, de cerca de 30% – e, depois, tentou afastar sua responsabilidade “que é flagrante e inquestionável”.

Por esta razão, a procuradoria vem defendendo o encontro de contas, “que não será favor nenhum de parte do Estado, mas uma obrigação do Estado para com a Varig”. Nesse sentido defendeu que o encontro de contas é perfeitamente viável, bastando uma decisão de Governo no sentido de operacionalizá-lo.

Discordou das alegações de que tenha sido a Fundação Ruben Berta “um dos grandes responsáveis pela crise da Varig”, com base no fato de que, do ponto de vista do Ministério Público, a fundação vem se portando adequadamente e mantendo absolutamente em dia todos os compromissos de prestação de contas e de informações, estando, portanto, em situação de absoluta regularidade perante o Ministério Público. Defendeu a fundação com base em que, “há mais de cinco anos”, ela vem buscando maneiras de se tornar auto-suficiente, sem a percepção dos dividendos devidos pela Varig, “que deveriam ser creditados e que não são, em função da crise econômica financeira da empresa”.

Chamou a atenção para o fato de que, “num esforço admirável, conjunto, de compreensão coletiva”, tantos os credores quanto os agentes da Fundação Ruben Berta compactuaram um chamado Plano de Recuperação Institucional, em assembléia realizada em 19 de dezembro de 2005, cujo detalhamento jurídico seria decidido em uma nova assembléia a realizar-se no mês de fevereiro. Para surpresa da procuradoria, a assembléia em 13 de fevereiro modificou substancialmente “algumas linhas mestras do plano”, razão pela qual ela pretende questionar juridicamente, na medida em que a Procuradoria de Fundações venha a ser instada a manifestar-se.

Professor Paulo Rabello de Castro (Consultor dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV)):

Registrou, inicialmente, que representa as diversas associações de pilotos, comissários, mecânicos de vôo, pilotos da Nordeste, aviários, “sindicatos diversos” e a Comissão Especial do Sindicato Nacional dos Aeronautas, ou seja, o que denominou “a Comunidade Trabalhadora do Grupo Varig”.

Iniciou seu depoimento afirmando que seria “um péssimo negócio” deixar que a Varig soçobre no momento em que ela tem plena viabilidade financeira. Relatou que a empresa vai comemorar, no mês de maio de 2007, 80 anos de vida, com 200 milhões de passageiros voados e uma

história gloriosa, tanto no plano do heroísmo pessoal como no plano técnico, porque é uma empresa que possui alta tecnologia. Nesse sentido, a estratégia brasileira não deveria ser desperdiçar um patrimônio que é de todos.

Com base em sua experiência profissional de consultor econômico com prática em classificar riscos de crédito e na opinião do Comitê da RS Rating, que elaborou o laudo econômico-financeiro de viabilidade do plano de recuperação judicial original, aprovado em 19 de dezembro, defendeu “que a Varig é recuperável” e que o plano de recuperação da empresa está pronto, inclusive no que diz respeito às “ferramentas jurídicas”.

Ressaltou que “a solução não empata um só tostão do Governo” e que, diferentemente do que se alega, a Varig não é um caso de precisar de dinheiro público. Poder-se-ia – como o Senador Jefferson Péres alertou – até pensar na interferência direta do poder concedente, dada a característica estratégica da empresa, mas isso não é necessário.

Descreveu, a seguir, as características da dívida da empresa: uma dívida total de 8,5 bilhões de reais, dos quais 3,5 bilhões correspondem à dívida fiscal (INSS, imposto de renda), a ser paga no prazo de 15 anos; 4,5 bilhões correspondem à parte concursal, ou seja, aquela parte que foi devidamente repactuada e renegociada; e mais 500 milhões de reais “que a incúria, a imprevidência e a falta de ação das pessoas que estão encarregadas deste plano deixaram acontecer”.

Explicou que o que se pretende com o plano de recuperação judicial é separar a Varig Operacional – “deixando o encontro de contas a ser feito”, o que deixa um saldo positivo – da Varig Comercial e Financeira. A Varig Operacional ficaria com os ativos e passivos operacionais e, voluntária e opcionalmente, aos trabalhadores desejosos de colaborar com a empresa, seria permitido converter créditos trabalhistas em investimentos.

Em relação ao Fundo de Pensão Aeros, lamentou sua liquidação “inopinada”, exatamente na véspera de os trabalhadores verterem recursos para o fluxo de caixa da Varig.

Criticou a Secretaria de Previdência Complementar que, na qualidade de órgão fiscalizador e regulador do Governo, deixou de acompanhar a situação do Fundo Aeros, razão pela qual lhes atribuiu a responsabilidade da insolvência.

Para o representante do TGV, “o Brasil está precisando de mais bom senso, mais senso estratégico, de dar mais importância às coisas que de fato são importantes”, e pediu mais atenção para “a falência do que é produtivo”, para setores importantes da atividade econômica nacional – como a Varig e o agronegócio de grão – que estão submergindo diante de um tremendo desequilíbrio entre preços e custos. Em sua opinião, esses setores e empresas – como a Varig – não precisam de “tostão do Governo, mas perecerão por causa da incúria pública”.

Defendeu a importância de manter a Varig voando, com o que “tem o serviço, tem o Smiles, tem pagamento; o Governo receberá os 3,5 bilhões; as pensões estarão garantidas; empregos e salários estarão garantidos”. Com a Varig parada, “não tem serviço, não tem Smiles e o Governo e demais credores perdem os 4,5 bilhões que teriam a receber”.

Informou que as operadoras de planos de saúde estão solicitando aos trabalhadores da Varig usuários daqueles planos que devolvam suas carteiras de beneficiários e cancelando a cobertura, por falta de pagamento de mensalidades. Isto, para o representante do TGV, “é uma injúria contra esses trabalhadores que contribuíram durante décadas”, demonstrando “a maneira atabalhoada de lidar com pensões e aposentadorias de brasileiros que nos carregaram com segurança até aqui nesta Varig”.

Estimou que o fechamento da Varig teria um custo total da ordem de 10 bilhões de reais, “que é o custo total para o País e para os contribuintes em termos de perda de produto interno bruto, de empregos destruídos, de marca destruída, marca internacional de presença do Brasil no exterior”. E perguntou se “faz sentido isso?”

Para o Prof. Paulo Rabello de Castro, a solução passa por obter carências e prazos de parte da BR e da Infraero; por que a Secretaria de Previdência Complementar levantou o processo de liquidação do Fundo AEROS; que se implante um plano de recuperação da empresa que seja compatível com o plano de recuperação judicial, e solicitar ao BNDES que disponibilize linha amparada nos próprios créditos do Governo, que podem constituir um Fundo Aeroaviário, e, à Advocacia da União, que transacione débitos contra créditos, uma idéia generosa, que já devia ser implementada no Brasil há muito tempo, isto é, fazer encontros de contas, como se fez no setor elétrico, amparado pelo Congresso Nacional em 1993, por exemplo.

DEBATES

Senador Heráclito Fortes, Presidente da Sessão:

Colocou em votação dois requerimentos.

O primeiro, de autoria dos Senadores Jefferson Péres, Paulo Paim, Pedro Simon e Heráclito Fortes, que “requer, nos termos do art. 52, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Dr. Odacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.” **Foi aprovado.**

O segundo, dos mesmos autores, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luis Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Damian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.” **Também foi aprovado.**

O Presidente manifestou sua opinião em relação ao “comportamento desrespeitoso do Presidente do BNDES para com o Congresso Nacional” – “fato que vou levar ao conhecimento do Senhor Presidente da República” – quando, convidado para comparecer a esta audiência pública, escusou-se por duas vezes remetendo, como resposta, o mesmo ofício de seu Chefe de Gabinete, de mesma data. Esse fato, na opinião do Presidente, “demonstra o apreço e o respeito que o Sr. Demian tem para com o Congresso Nacional” e justifica a convocação do Senhor Ministro.

Em continuação, o Senador Heráclito Fortes afirmou que a Nação brasileira pode ter certeza de que não há omissão por parte do

Congresso Nacional “nessa questão”. Tanto Câmara como Senado, há três ou quatro anos vêm lutando, procurando informações, procurando interferir no que é possível dentro das suas limitações. Esta Comissão, por iniciativa da Bancada do Rio Grande do Sul e com o apoio das outras comissões, tem se reunido e tem feito rodadas de negociações, principalmente com o objetivo de tornar a discussão a mais transparente possível, para evitar que se diga uma coisa nos Gabinetes, quando procurados pela Varig ou pelos seus funcionários, e outra em praça pública.

Essas audiências públicas, continuou o Presidente, têm servido, pelo menos, para que a Nação tome conhecimento do que vem acontecendo.

Senador Jefferson Péres (PDT-AM):

Solicitou ao Dr. Paulo Rabello que “explicasse melhor” sua afirmação de que o fechamento da Varig custará cerca de 10 bilhões de reais ao Estado e à sociedade em geral.

Pediu, ademais, confirmação do fato de que, na medida em que as linhas internacionais não pertencem ao Brasil, mas à Varig, se Varig deixar de operá-las, serão “rateadas” com outras empresas, que não as brasileiras.

Sr. Paulo Rabello de Castro:

Em resposta ao Senador Jefferson Péres, confirmou a previsão de um custo de 10 bilhões de reais para o País com o fechamento da Varig, o que considera “um custo social para a sociedade brasileira”.

Informou que se trata de “um cálculo estimativo”, no qual um item sozinho responde por cerca de 4 bilhões, que é o valor estimado da redução de divisas líquidas brasileiras. Valor esse, segundo o depoente, que estará, provavelmente, defasado no tempo – os próximos três ou quatro anos – necessário para que outras companhias possam “percorrer os mesmos caminhos deixados por uma Varig falida”.

Em relação à segunda pergunta, explicou que a Varig não voa apenas nas chamadas rotas lucrativas. “Do ponto de vista estritamente privatista”, essas companhias [que eventualmente sucederem a Varig] vão operar apenas o que chama o inglês *shery piking*, “vão só estar pegando as

amoras que lhe interessarem”, com prejuízo para o consumidor brasileiro. Ao contrário, Varig sempre teve uma política de conjugar, com certo equilíbrio, rotas deficitárias e rotas lucrativas, os interesses da empresa e “o interesse brasileiro”. Sem a Varig, portanto, as demais empresas com visão estritamente privatista não oferecerão cobertura por bandeira brasileira de rotas deficitárias.

Deve-se somar a essas perdas os empregos perdidos – porque os profissionais de aviação brasileiros são respeitados e disputados no mundo inteiro e, portanto serão re-allocados no exterior – vindo a aumentar o contingente de brasileiros exportados.

Previu, ainda, que, nessa situação, as empresas remanescentes deterão mais de 80% do mercado e constituirão um duopólio, com reflexos no aumento de tarifas, “obviamente”.

No campo tributário, a falência da Varig representará mais uma “perda a lamentar, porque uma empresa falida não paga PAES, nem transaciona contra crédito”. Além disso, o Governo Federal vai ficar numa situação “burra”, porque, de qualquer maneira, quando vencida a ação que tramita no STJ, o contribuinte brasileiro haverá de pagar os 4,6 bilhões de reais de dívidas tributárias da companhia.

Ademais, se o Governo não deixar que a Varig viva para pagar os aposentados do Aeros, não haverá como escapar de uma ação, pela qual ele será responsabilizado por não ter feito a adequada fiscalização daquele fundo, no momento certo. O déficit do Aeros soma outros dois bilhões.

Senador Paulo Paim (PT-RS):

Testemunhou a repercussão positiva que a realização da audiência pública tem tido junto à sociedade e mesmo junto ao Governo.

Pediu esclarecimento sobre a contribuição da realização do encontro de contas entre a União e a Varig, para a entrada ou não de dinheiro para a Varig, para efeito de balanço e para o equacionamento de sua situação atual, e sobre a “a questão dos Estados”, referindo-se ao pagamento das dívidas dos Estados para com a companhia, relativas ao ICMS.

Defendeu a opinião de que a BR Distribuidora “pode dar um prazo maior” para a Varig pagar o combustível, e que o Governo – que tem maioria no Conselho Diretor daquela empresa – poderia “encaminhar nesse sentido, dando a sua contribuição”.

Manifestou, por fim, sua preocupação com o fundo de pensão, que, do seu ponto de vista, “tem que ser tratado com muito carinho”, defendendo que a intervenção seja suspensa. Nesse sentido, relata que em conversações mantidas com “algumas instâncias de Governo”, identificou que já há setores “de dentro do Governo” que entendem que se deve rever essa intervenção, para salvar o fundo.

Sr. Paulo Rabello de Castro:

Em resposta à primeira pergunta do Senador Paim sobre “a questão do encontro de contas”, declarou que ele “é a pedra financeira, com a qual passaremos dos entretantos para os finais”.

Afirmou que se trata, simplesmente, de haver o reconhecimento da diferença entre os 3,5 bilhões devidos pela Varig ao País – “quanto a isso, não há problema, porque está no balanço” – e os 4,6 bilhões que não estão ativados, segundo o linguajar das auditorias. Existe, assim, um crédito líquido a favor da Varig de 1,1 bilhão.

Se o Governo reconhecer que, entre débitos e créditos, tem 1,1 bilhão de reais para a Varig receber, emite uma OTN Especial, uma Obrigação do Tesouro, destinada a um fundo especial da Varig, constituído por meio de Resolução do Senado. Uma vez constituído o Fundo, a Varig deterá cotas desse Fundo. Não há desembolso de nenhum real. Cotas serão emitidas em favor da Varig, no valor de 1,1 bilhão e a companhia ou vende essas cotas no mercado, ou as deposita como colateral e garantia no BNDES, por exemplo.

Esse mesmo raciocínio se aplica em relação aos 1,3 bilhão de reais que são créditos devidos pelos Estados, e que poderiam, da mesma forma, ser depositados no fundo a que nos referimos. Os governadores não desembolsariam em curto prazo, pois esse Fundo seria eventualmente distribuído para pagamento ao longo dos próximos cinco, seis, dez anos, e as mesmas cotas seriam recepcionadas no balanço da Varig.

Em relação à intervenção no fundo de pensão dos funcionários, o art. 46 da Lei Complementar nº 109 diz que a intervenção em fundo de pensão cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente –, que é a SPC –, ou se decretada a sua liquidação extrajudicial. Ou seja, “na realidade o que nós deveríamos estar objetivando hoje no Aeros é o plano de recuperação, irmão gêmeo do plano de recuperação judicial da Varig que corre na 8ª Vara.”

A lei dispõe (art. 52) que a liquidação extrajudicial poderá ser levantada a qualquer tempo, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS):

Defendeu o ponto de vista de que à atuação das comissões do Senado devem ser creditadas as mudanças de postura do Governo em relação à busca de solução problema.

Disse acreditar “que vamos evitar que se cometa um absurdo, um equívoco que ficaria carimbado para o resto da vida na História do Brasil, que seria o crime de assassinar a Varig, com a omissão de todos nós”.

Segundo o Senador Simon, “todo mundo discursava, todo mundo falava, todo mundo protestava, mas ficava por isso mesmo, não tinha nenhuma atitude”. Relatou que, “na primeira discussão a que fomos chamados”, existia um único objetivo: a TAM incorporar a Varig. O Governo estava fechado com essa tese “e nós fomos convocados a aceitá-la”.

Há pouco, o Governo alegava não estar preocupado com a crise da Varig e que “isso é problema de mercado”. Hoje, a situação “está altamente positiva”. Aquele comportamento demonstrava uma “autenticidade de má-fé: para a Transbrasil o Governo deu dinheiro, por que não deu para a Varig?” Hoje, concluiu o Senador, “eu sinto que o Governo entendeu que, se continuasse nessa posição, inflexível, de deixar quebrar, ia cair na cabeça dele”, com conseqüências mais sérias do que se imaginava. Agora, a Ministra da Casa Civil vem à imprensa dizendo que “nós estamos estudando o problema”.

Dessa forma, concluiu que houve “uma alteração muito profunda, muito positiva”, no sentido de que uma outra posição do Governo,

reconhecendo a importante participação do Ministro da Defesa nesse processo.

Defendeu, por fim, a proposição de levar para a Ministra Dilma “uma coisa concreta”, para receber uma resposta concreta.

Senador Heráclito Fortes (PFL-PI):

Disse não ter dúvida de que o trabalho desta Comissão, com o gesto de convocar a Ministra Dilma para participar da audiência, ajudou a mobilizar o Governo.

Expressou a necessidade de que a questão do preço do combustível de aviação venha a ser mais discutida.

Perguntou ao Dr. Paulo Rabello quando começaram as tratativas de venda da Varig?

Sr. Paulo Rabello de Castro:

Informou que “a saga dos trabalhadores da Varig em busca de uma solução começou em março de 2002”, após o “agravamento interno” da crise da companhia.

Informou existirem, nessa época, dois estudos sobre o setor: um estudo reservado do BNDES – que concluía existirem, no Brasil, duas empresas sadias e duas empresas doentes, classificando a Varig entre essas últimas – e um outro, feito a pedido da Associação dos Pilotos da Varig, – que identificava, como uma das causas “dessa doença” um problema de governança, isto é, que a Fundação Ruben Berta estava se tornando cada vez mais disfuncional como controladora de empresa comercial.

Em relação ao “problema previdenciário”, informou que, à época, o Fundo Aeros já era o principal financiador da empresa. Explicou que os bancos não estão participando da recuperação da empresa e que o maior credor da Varig é o próprio trabalhador da Varig, por meio do seu Fundo de Pensão e dos salários atrasados. Reafirmou que, ao contrário do que “diz o Governo”, os créditos não são estatais.

Em sua opinião a partir de 2003, o Governo FHC não só “não fez muita força” como, realmente, pouco pôde fazer. O novo Governo só mostrou indiferença, tanto de parte do BNDES como da Casa Civil da Presidência.

Relatou o depoente que, em 31 de janeiro de 2003, foi recebido pelo Ministro José Dirceu que lhe deu uma má notícia – repetindo a tese do BNDES das “duas empresas doentes” – de que “a Varig desse jeito não tem jeito”. Um ano depois, foi “tentada” uma Medida Provisória, que liquidaria extrajudicialmente a Varig.

Manifestou estranheza com o fato de o ex-Ministro José Dirceu, em 27 de abril deste ano, afirmar, em entrevista, que se a Varig tivesse sido vendida há um ano e meio atrás estaria voando sem problemas – quando ele alegava, há três anos, que a Varig parecia inviável –, e que a companhia ainda sobrevivia porque a União a subsidia “violentamente”.

“Um outro erro técnico do Ministro”, concluiu o depoente, consistiu na idéia de que trocar parte das dívidas da Varig por ações levaria à estatização da empresa, porque o Governo é seu maior credor. Erro porque o maior credor da Varig – e que pretendia ser acionista da empresa – é o trabalhador da Varig.

Expressou sua indignação com o fato de os trabalhadores estarem, há quatro anos, tentando empregar seus recursos na recuperação da empresa para se tornarem acionistas minoritários, compartilhando a gestão com o investidor, e encontrando grandes dificuldades.

Senador Valdir Raupp (PMDB-RO):

Manifestou sua opinião de que deixar a Varig quebrar é “um crime” e criticou o Governo por permitir que isso aconteça ao “retardar o socorro”.

Defendeu a idéia de uma atuação imediata.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC):

Sugeriu fosse designada uma comissão de parlamentares, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, para “fazer um apelo dramático” à

instância judicial “onde essa demanda tramita”. (Créditos da Varig junto à União).

“Para irmos ao STJ e conversarmos com os Magistrados daquele Tribunal, fazendo um apelo para que essa demanda seja imediatamente colocada na pauta no Tribunal e seja decidida em última instância, para que – se esse é um ponto tão importante na tentativa de solução Varig – seja imediatamente elucidado.”

Senador Paulo Paim (PT-RS):

Defendeu a posição de manter as sessões programadas da audiência pública, como uma forma de manter um fórum de reflexão, “de mostrar que o Senado da República está fazendo uma audiência pública por semana, buscando que a solução venha com rapidez”.

Apoiou a criação da comissão para “ir ao Judiciário”, mas com a perspectiva de, também, obter a realização do encontro de contas da União com a Varig e o pagamento das dívidas dos governos estaduais para com a companhia.

Sr. Paulo Rabello de Castro:

Iniciou sua intervenção afirmando que “a Varig morta é patrimônio jogado fora”, razão pela qual corroborou a posição defendida pelo Senador Paim quando ele insiste na solução do problema dos “dois grandes créditos públicos”, representados pela realização rápida do encontro de contas, em plano federal, e o pagamento dos débitos estaduais.

Em relação aos últimos, entende que existe “uma relutância em pagá-los”, e defendeu a opinião de que a constituição de um Fundo Nacional de Créditos Aeroviários é matéria que pode ser resolvida em menos de um mês, “certamente”. Segundo ele, esse fundo securitizaria tanto o resultado líquido do encontro de contas quanto os créditos de ICMS, colocando num pacote todos esses créditos, que não precisam ser vertidos imediatamente, de forma que, inclusive, esses pagamentos poderiam ser começados no ano de 2007.

Uma vez constituído o Fundo de Créditos Aeroviários, qualquer empresa em recuperação – seja Vasp, Transbrasil ou quem quiser – que detiver esses créditos pode aportá-los e, detentores desses certificados, descontarão esses certificados no mercado.

Lembrou, no entanto, que “muito antes disso”, é preciso ter aqui no Senado Federal, no dia 7 de maio, alguém dando conta de que o plano de recuperação judicial começou a ser implantado, porque já se passaram quatro meses e, paradoxalmente, ainda não foi designado nenhum diretor financeiro para a empresa.

Senador Heráclito Fortes (PFL-PI):

Colocou em votação a proposta do Senador Geraldo Mesquita, de formalização de comissão para tratar da questão junto ao Judiciário.

A proposição foi aprovada.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG):

Manifestou sua concordância com a continuidade das audiências, por considerar fundamental que se mantenha a participação do Senado na busca da solução desse assunto.

Informou que a Secretaria da Fazenda de Minas manifestou, recentemente, opinião segundo a qual os créditos de ICMS (devidos à Varig pelos Estados) não são cabíveis e que, na verdade, o Estado deveria aos passageiros – e não à companhia – a diferença a mais que pagaram na passagem.

Em relação à questão do encontro de contas entre a Varig e o Governo Federal, sugeriu a apresentação de proposição autorizando o Governo a fazer o encontro, independentemente de “ir até o último recurso”.

Sr. Antônio Carlos Avelar Bastos:

Apóia a solução aventada pelo Senador Azeredo, como uma forma de ultrapassar restrições existentes na área técnica do Governo. Nesse

sentido, criticou “um certo sentido” predominante na máquina estatal de “ir até o último recurso”, mesmo em se tratando de causas perdidas. Uma “filosofia deturpada” do Estado que está na hora de modificar, na opinião do depoente.

Dr. Paulo Rabello de Castro:

Informou que a Consultoria Jurídica da Varig já estudou a questão das dívidas referentes ao ICMS e que o Estado de Minas Gerais está com a perícia em andamento para verificar se o ICMS entrou na composição do preço [das passagens aéreas] ou não.

Citou um fato ocorrido durante uma entrevista que deu sobre o caso Varig na *Rádio Globo* que originaram “muitíssimos *e-mails*” de ouvintes oferecendo-se para doar o ICMS que pagaram em viagens realizadas com a Varig, “numa demonstração de carinho e de amor por esta empresa”.

Informou, por fim, já existir, no BNDES, um projeto analisando a criação do Fundo Garantidor de Créditos Aeroviários. Se houvesse a decisão política, teríamos esse Fundo em trinta dias – e o fim dos nossos problemas – concluiu.

Funcionários da Varig, nesse momento, entregaram à Mesa suas carteiras de beneficiários de planos de saúde que foram canceladas pela operadora do fundo de pensão Aeros, deixando os funcionários sem cobertura.

Senador Heráclito Fortes (PFL-PI):

Recebeu, na qualidade de Presidente da Comissão, as carteiras, informando que elas ficarão “em depósito na Comissão”, e que os demais servidores que desejarem fazer o mesmo podem remeter suas carteiras pelo correio ou entregar à “Varig do Congresso”.

Sessão encerrada às 13h33.